



# Resenha

HARVEY, David, *A Teoria Marxista do Estado*, In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2001. p. 75-94.

**A** produção capitalista do espaço é a versão em português reduzida do original *Spaces of capital – toward a critical geography* de 2001. Esta versão é composta de sete artigos escritos por Harvey entre 1975 e 2001, além de uma entrevista publicada pela *New Left Review* em 2000, na qual o autor apresenta sua trajetória intelectual e explica as razões de sua opção marxista.

Harvey tem como objetivo construir uma teoria da relação sociedade-espaço embasada nos princípios da teoria social de Marx. Com isso, elaborou alguns trabalhos para a análise dessa relação: *Os limites do capital* (1982), *A experiência urbana* (1989) e *Condição pós-moderna* (1992), bem como os mais recentes *Justiça, natureza e a geografia da diferença* (1996) e *Espaços de esperança* (2000).

Em *A produção capitalista do espaço* Harvey deixa claro que, ao longo dos 30 anos em que os ensaios foram escritos, foram registradas suas tentativas de mudar o modo de pensamento na disciplina da geografia, nas áreas cognatas e entre o público em geral. Nas décadas de 1950 e 1960 era difícil considerar os escritos de Marx como matéria-prima séria para moldar entendimentos e novos modos de ação política.

Para Harvey era necessário ocupar-se de Marx por dois motivos: para entender por que essa doutrina podia ter grande apelo entre aqueles que lutavam pela emancipação em todas as partes, e, para verificar se uma leitura de Marx poderia ajudar a estabelecer uma teoria crítica da sociedade, para abarcar e interpretar os conflitos sociais que culminaram entre 1967 e 1973.

O ângulo do trabalho de Harvey era raro, pois, aqueles que trabalhavam com Marx não se dedicavam à

geografia nos países ocidentais, bem como os geógrafos não consideravam a teoria marxista como base para seu pensamento. Do ponto de vista marxista, havia bem poucos textos sobre a geografia da acumulação de capital e sobre a produção desigual de espaço e de desenvolvimento geográfico. De acordo com Harvey, ainda que Marx tivesse prometido um volume de *O capital* dedicado à formação do Estado e do mercado mundial, nunca concluiu seu projeto. “Portanto, comecei a fazer uma leitura abrangente de todos os seus textos, para verificar o que ele teria dito sobre esses assuntos se tivesse vivido para completar sua argumentação (HARVEY, 2001)”.

Harvey tem como eixo analítico uma constatação simples, mas de repercussões profundas para entendimento da localização das atividades produtivas, especialmente em tempos de globalização, que é aquela de que a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica, sendo o ajuste espacial (*spatial fix*) característica marcante do capitalismo na busca de soluções para suas contradições internas, especialmente as que compreendem a tentativa de conter tendências à queda na taxa de lucros.

Em se tratando do Capítulo III - **A teoria marxista do Estado** - que será analisado com mais profundidade, pode-se dizer que o autor inicia o capítulo com algumas obser-

Moisés Conde Silva de Oliveira<sup>1</sup>  
Paula Ernica Berton<sup>2</sup>

vações introdutórias a respeito do artigo de Larry Wolf (1976)<sup>3</sup> em consideração ao papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico capitalista.

Antes de iniciar seu ensaio, Harvey chama a atenção dos leitores de que este se trata de um texto abstrato por natureza. Sua justificativa para essa questão se dá na medida em que considera necessário recorrer a um modo abstrato de análise, deixando as investigações concretas levantarem a questão de como a teoria funciona em situações históricas reais.

Segundo Harvey, Marx teve a intenção de escrever um tratado específico sobre o Estado, mas nunca começou o projeto. Apesar disso, é possível reconstruir uma versão da teoria marxista do Estado baseado em todos os seus textos com a ajuda dos trabalhos de Engels.

Neste ensaio, Harvey apresenta a base teórica para o entendimento do papel do Estado nas sociedades capitalistas e mostra como o Estado desempenha certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo capitalista de produção.

Harvey diz que, de acordo com Marx, o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente”, para

<sup>1</sup> Economista, Mestrando em Análise Regional pela Universidade Salvador. Email: moisesconde@gmail.com

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Análise Regional pela Universidade Salvador, email: paula.berton@gmail.com

<sup>3</sup> WOLF, L. (1976) National Economic Planning, a New Economic Policy for America, *Antipode*, 8 (n. 2) 64-74.

“ ... o Executivo  
do Estado moderno é  
apenas um comitê para  
gerenciar os negócios  
comuns do conjunto da  
burguesia ... ”

garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos (Marx e Engels, 1970:54)<sup>4</sup>. Da mesma maneira que o trabalhador, mediante o trabalho, cria capital como instrumento para sua própria dominação. Esse instrumento de dominação podem ser transformados, pela luta política, em instrumentos para dominação de classe. Para Marx, o Estado da classe economicamente dirigente, torna-se também politicamente dirigente e assim controla e explora as classes oprimidas.

O uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos. Para resolver essa contradição são utilizadas duas estratégias. A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. Os funcionários do Estado, portanto, precisam “se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade”.

Esses funcionários constituem uma categoria social específica, possuindo, através de suas divisões de classe, uma unidade própria, efeito da estrutura organizacional do aparelho do Estado capitalista e de sua autonomia relativa com relação às classes dominantes, e que remete ao papel próprio deste pessoal na elaboração e no acionamento da política do Estado.

A segunda estratégia se baseia na conexão entre ideologia e Estado.

Especificamente, os interesses de classe podem ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas idéias como “idéias dominantes”. Assim, essas idéias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma e um significado independente de qualquer interesse de classe específico.

A conhecida citação de Marx que diz que “o Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia” (Marx e Engels, 1952:44)<sup>5</sup>, foi elaborada como resposta polêmica à asserção difundida e ilusória de que o Estado expressava os interesses comuns de todos. No entanto, é bastante satisfatória como base para o entendimento das relações reais entre o Estado e o Capitalismo. Marx foi um crítico implacável daqueles que buscavam formular uma política revolucionária da classe trabalhadora em termos de “justiça eterna” e “direitos iguais”. Porém, os conceitos desse tipo são mais do que meras ferramentas ideológicas. Eles se ligam ao Estado, incrustando-se formalmente no sistema legal burguês. O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo.

Para a efetiva aplicação desse sistema faz-se necessária uma configuração precisa dos aparelhos do Estado, a relação de dominância-subordinação entre os ramos e aparelhos de Estado (exército, justiça, administração, escola, igreja e etc.) e seu papel ideológico ou repressivo dependem não apenas da relação de forças internas do bloco no poder, mas igualmente do papel que eles devem preencher com relação às classes dominadas.

O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica en-

tre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. Além disso, como o capital é essencialmente antagonico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês, necessariamente veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho. O resultado é, naturalmente, que o Estado burguês deve ser destruído para se alcançar uma sociedade sem classes. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca.

Essa classe dominante, no caso a burguesia, se apresenta atualmente em duas frações de classe, a do capital monopolista e a do capital não monopolista. Essas frações se situam, de forma desigual e em graus variáveis, no terreno da dominação política, fazendo sempre parte do bloco no poder. Isso implica que o Estado capitalista deve deter sempre uma autonomia relativa de modo a assumir esse papel regulador político do interesse geral. As formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem, hoje, uma restrição considerável dos limites da autonomia relativa do Estado com relação ao capital monopolista e do campo de compromissos deste com as outras frações do capital.

Isso significa dizer que essa autonomia relativa e seu papel no estabelecimento do interesse geral da burguesia, sob a hegemonia de uma fração, ou seja, a política do Estado, não pode ser reduzida a seu poder próprio ou a sua vontade racionalizante. O estabelecimento desta política deve ser considerado, na verdade, como resultante das contradições de classes inscritas na estrutura do Estado.

Essa autonomia torna possível uma rede complexa de relações entre as classes da sociedade capitalista em que a dominação da burguesia se efetua por laços de diferentes

<sup>4</sup> MARX, K., ENGELS, F., (1970). *The German Ideology*, New York.

<sup>5</sup> MARX, K., ENGELS, F., (1952), *Manifesto of the Communist Party*, Moscow.

tipos entre os Estado e as classes. Isto quer dizer que, a forma institucional concreta e o modo de ação deste são determinados pela estrutura destas relações de classes e pelas relações de força estabelecidas nas lutas de classes.

Harvey mostra que a análise de Marx do modo capitalista de produção pode ser equiparada, em cada etapa, a uma derivação teórica relativa a certas funções mínimas do Estado: a igualdade e a liberdade de troca devem ser preservadas, o direito da propriedade tem de ser protegido, os contratos precisam ser cumpridos, a mobilidade deve ser preservada, os aspectos “anárquicos” e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações do capital precisam ser arbitrados para o “bem comum” do capital como um todo. Harvey afirma que não se pode ir mais além do que isso na derivação de uma teoria do Estado capitalista.

De acordo com Harvey, é interessante considerar dois pontos genéricos adicionais sobre o Estado no ambiente do capitalismo. O primeiro é em relação à forma particular de Estado, que pode ser chamado de democracia social burguesa, que está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. E, o segundo ponto, é em relação à classe dirigente que exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político que é capaz de controlar apenas de modo indireto. A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados, apesar de ter de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Para Harvey, essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas. Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho, isto inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores, o que não é, de imediato, de interesse da classe capitalista. Em troca existe uma obediência genéri-

ca das classes subordinadas. Sob essas condições, torna-se algo ambíguo o relacionamento entre o Estado e a luta de classes.

Harvey considera que a vantagem de uma abordagem inteiramente teórica referente ao Estado sob o modo capitalista de produção é que ajuda a distinguir, como afirmou Gramsci (1971)<sup>6</sup>, entre o que é “orgânico” (necessário) e o que é “conjuntural” (acidental) em relação a uma forma específica assumida pelo Estado numa particular situação histórica. Além disso, há, claramente, a percepção de que o modo capitalista de produção e a democracia burguesa são orgânicos entre si e não estão simplesmente relacionados de modo conjuntural.

Harvey faz referência à teoria política de Locke, citando um trecho de Marx, que a considera uma reflexão ideológica e política das manifestas necessidades da nascente sociedade capitalista. Marx afirma que Locke demonstrou que o modo de pensar burguês era o normal dos seres humanos.

Harvey acrescenta que, embora o capitalismo possa sobreviver sob diversos arranjos políticos e institucionais de modo bastante satisfatório, parece que a democracia burguesa é o único produto das relações econômicas pressupostas nesse particular modo de produção.

Até agora David Harvey considera o Estado em relação ao capitalismo de modo genérico. Segundo ele, mesmo teoricamente é importante reconhecer que o “Estado não é uma coisa. O que ‘o Estado’ representa são diversas instituições específicas, que, juntas, constituem sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal” (Miliband, 1969: 46)<sup>7</sup>. Harvey discorda dessa designação de Miliband e acrescenta que, de fato, o Estado deveria ser visto, como o capital, como uma *relação* (Ollman, 1971: cap. 30)<sup>8</sup> ou como um *processo*: neste caso, um processo de exercício de poder por meio de determinados

“ *As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser exercido através dessas instituições ...* ”

arranjos institucionais. Por exemplo, é a aplicação e o cumprimento da lei que são de real importância material e não a estrutura da lei em si. Porém, Harvey admite que Miliband está correto ao afirmar que o Estado é muito mais do que o exercício do poder por um governo.

O Estado burguês não nasce como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem. Para Harvey, Marx claramente não considera o Estado elemento passivo da história. Harvey destaca que o poder estatal foi usado, de modo indiscriminado, e, em muitos casos, brutalmente, para criar a relação básica entre capital e trabalho.

Harvey chama atenção de que, depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais, que prepararam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas. E que, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido.

De um modo ou outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conse-

<sup>6</sup> GRAMSCI, M. (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, London.

<sup>7</sup> MILIBAND, R. (1969), *The State in Capitalist Society*, London.

<sup>8</sup> OLLMAN, B. (1971), *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*, Cambridge.

guir fazer isso, então esse Estado deve ou ser reformado, ou então o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana.

Vale ressaltar que o Estado capitalista é caracterizado por uma separação relativa com relação ao espaço das relações de produção, de acumulação do capital e da extração da mais-valia. A luta política de classes, que tem por objetivo o poder e o aparelho do Estado, também não é redutível à luta econômica, muito menos se apresenta como um reflexo dela. Essa relação entre Estado e economia, no modo de produção capitalista, remete a um novo papel econômico deste, portanto a novas relações entre crise econômica e crise política, trazendo a tona modificações substanciais das relações de produção capitalistas.

O texto de Harvey, a respeito da teoria marxista do Estado, nos ajuda a compreender uma série de acontecimentos que moldam a atual estrutura do capitalismo moderno. A crise política por que passa esse sistema demonstra as contradições existentes dentro do próprio bloco de poder que comanda o Estado, combinado com um claro direcionamen-

to do papel deste em prol do capital estrangeiro ou transnacional.

Essa internacionalização dos interesses coletivos acentua o desenvolvimento desigual do capitalismo no próprio seio de cada formação social nacional. O capital estrangeiro passa a se reproduzir em determinada região de modo a criar pólos de desenvolvimento às custas de outras regiões não "premiadas". Daí as rupturas da unidade nacional, da nação, sustentáculo do Estado burguês, pelo desenvolvimento maciço de movimentos regionalistas de caráter diretamente político, e que, por mais ambíguos que geralmente sejam não deixam de constituir elementos importantes da crise política atual.

Não podemos dizer, entretanto, que o Estado capitalista moderno seja dirigido diretamente pelos grandes interesses capitalistas, mas sim existe uma correspondência inegável entre a base fundamental de existência e o funcionamento do Estado e a base da produção capitalista, representada pela separação entre trabalhadores e os meios de produção. Ele age muito mais como um capitalista que atua visando o interesse do coletivo e cuja ação tem como objetivo manter a separação entre política

e a economia, quer dizer, a política como complemento e garantia da economia tornada autônoma, a justificação da política enquanto jogo separado da vida social corrente.

Não podemos também deixar de lado o importante papel que Estado sempre teve, mesmo que de forma indireta, como agente produtivo na economia, ou seja, concorrendo de modo imediato para a acumulação de capital. O sistema de educação, que contribui para a reprodução da força de trabalho, a construção de novas infra-estruturas, mas também as intervenções do domínio da pesquisa científica, agem tanto sobre a produção e a qualificação da força de trabalho como sobre as condições da produção material de capital fixo.

### Referências

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2001.

MACÊDO, Fernando Cezar de. **Resenha – A produção capitalista do espaço**, de David Harvey. Boletim Regional – Informativo da política nacional de desenvolvimento regional, 2006. (Em: [www.artd.com.br/boletim/resenha.html](http://www.artd.com.br/boletim/resenha.html), acesso em 25/11/2006).

POULANTZAS, Nicos (org.), **A Crise do Estado**, Rio de Janeiro, Graal, 1977.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

## Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

### Área de concentração

- A dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento